

ESTANDARTE

JORNAL DE MOCIDADE

Redacção e Administração:
PRAÇA DAS FLORES, N.º 49Directores: LUIZ D'AVILLES
EDUARDO FREITAS DA COSTAEditor: EDUARDO FREITAS DA COSTA
Secretário de Redacção: ARTUR PEDRO GIL

ANO I - N.º 7

Lisboa, 30 de Junho de 1941

PREÇO \$40

Editorial

Sub-marinos e sub-cobardias

Ficariamos de mal com a nossa própria consciência se não levantássemos daqui a nossa voz — a voz da Mocidade Portuguesa — para protestar serena mas enérgicamente contra o vil e injustificável torpedeamento do «Ganda».

Como pode compreender-se que um navio mercante desarmado, de país neutral, navegando de águas portuguesas para águas portuguesas, com os nomes do seu pôrto de armamento e do seu País bem visíveis e a bandeira de Portugal drapejando no penol — possa ser confundido com qualquer barco de país em guerra?

Acaso a bandeira nacional não é única no Mundo? Portugal não há um só? A ideia de que possa ter havido engano não colhe.

E depois, a maneira como tudo foi feito! Que sub-cobardia, que ausência absoluta de espírito marinho! Onde se viu um barco de guerra atacar, sem qualquer anterior aviso, um pacífico mercante, com passageiros que, confiados nas leis da guerra, seguiam aos seus destinos protegidos pela nossa bandeira? Não conseguimos

descortinar atenuantes ou desculpas para o sucedido. De noite, navegando em zona perigosa — admitia-se que o nosso navio fôsse chamado à fala. Mas — em pleno dia, no mar largo, sem se dar ao trabalho de identificar que barco tinha ao alcance dos seus torpedos, passar imediatamente ao ataque — parece-nos atitude que merece unânimes e ásperas censuras. As marinhas dos países agora em guerra não costumavam ilustrar-se com feitos deste jaez.

Coube ao «Ganda» a triste sorte de nos mostrar que, se há nas fôrças em luta nomes gloriosos, entremeiam-se com êles outros, indignos de vestir uma farda e comandar.

Repugna à nossa sensibilidade de portugueses, que nunca nos servimos de tais sistemas, ver comandantes de submarinos — homens que pelas funções que exercem e pela dura vida que levam, geralmente possuidores de um punhado de qualidades que não abundam nos outros combatentes — descer tão baixo e mostrar, afinal, que alguns preferem os triunfos fáceis às lides arriscadas da arte da guerra.

CUMPRIR

Esta palavra encerra, só por si, um mundo de ensinamentos.

Cumprir em tôdas as ocasiões, sempre e bem, eis uma ideia infelizmente um tanto afastada do caminho daqueles que mandam e mais ainda dos que obedecem.

Fazem-se leis — e logo cada um pensa na melhor maneira de se eximir ao seu cumprimento.

Promulgam-se novas disposições e, ao desafio, todos os cidadãos iniciam uma luta a ver quem consegue descobrir melhor alicapão para lhe escapar.

Criam-se, remodelam-se regulamentos e tôda a gente logo decide, com impressionante semcerimónia, que, embora publicados e dados a conhecer aos interessados, escusam de os respeitar.

Quinze anos de Estado Novo, de esquecimento das antigas ideias, de luta contra a rotina, a cunha, o empenho, a pedincha, o subborno, não conseguiram, ainda, limpar o geral dos portugueses dêsse vício, dessa moléstia, que, com verdadeiro terror, tememos incurável.

A Mocidade — não só aquela enquadrada na sua organização oficial, mas tôda a Mocidade de Portugal, de camisa verde ou branca — devia-se ensinar a cumprir o legalmente estabelecido, a compreender a necessidade premente de respeitar a lei e não procurar fugir-lhe. A lei às vezes é dura — mas porque é lei deve-se acatar, respeitar, obedecer.

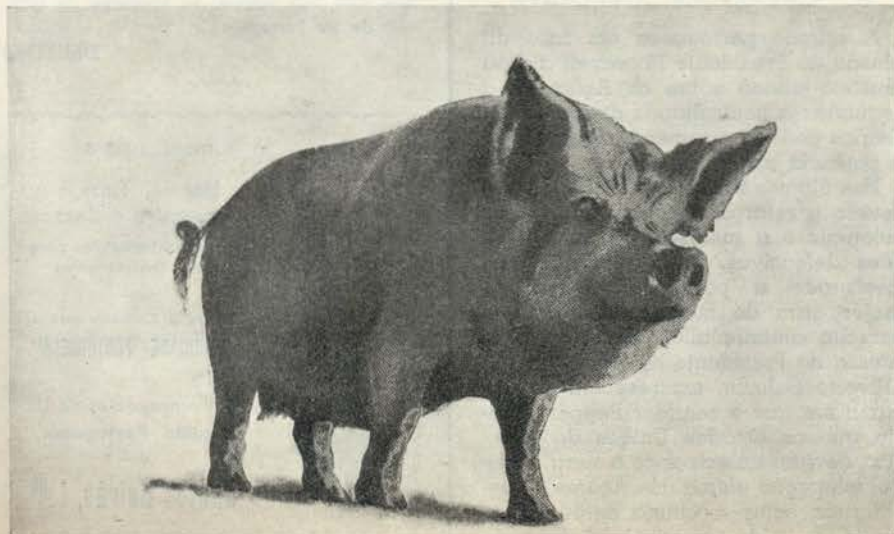
A razão próxima destas linhas está num facto por nós presenciado: na sessão de gala, promovida pela Delegação da Estremadura da «M. P.» no Teatro Nacional, há já uns dias, numerosos dirigentes se apresentaram fardados. Até aqui tudo correcto. Nos intervalos — os fardados abstiveram-se de fumar, porque uma «Ordem de Serviço» do Commissariado Nacional os proíbe de o fazer. Reparámos que os dirigentes mais novos eram os que melhor obedeciam à letra do Regulamento. Sobressaíram, como não sabendo cumprir, dois dirigentes mais idosos — e por essa mesma razão obrigados a saber-se apresentar sempre como exemplos — que fumaram a-pesar-de estarem uniformizados. Tal atitude choçou profundamente os demais e, digamos, com razão.

Se estes senhores não são capazes de obedecer aquilo que quem de direito lhes determina — porque insistem em continuar numa Organização onde se sentem mal; que lhes corta certos hábitos, lhes proíbe coisas a que se acostumaram?

Aqui fica a interrogação.

L. A

COMUNICADO RUSSO



«Resistiremos a tudo...»

O equipamento individual

Não há, por certo, forma alguma de acampar, sem transportar um mínimo indispensável de objectos que nos tornem, não fácil, mas cómoda, a vida no campo.

Há quem tenha horror ao péso: e tudo quanto não seja absolutamente indispensável é esquecido por esses.

Outros pensam que viver no campo sem telefonia, sem poltronas e sem bons colchões de molas elásticas é uma maçada: para estes tudo é pouco, e nunca chegam a descobrir e a firmar na mente aquele número de objectos que devem transportar consigo.

Os primeiros são os aspirantes a Robinsons, que ao fim de 3 ou 4 dias no campo têm um aspecto de ciganos, ou pior ainda, de autênticos selvagens; os segundos, são os comodistas hipercivilizados que jantam no acampamento de cações e «smoking»!

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra.

A escolha e a enumeração de artigos a utilizar no campo, deve ser feita de forma a nada de insubstituível faltar, nem nada de supérfluo sobejar.

E o modo mais prático de nada nos esquecer, pelo menos o que eu julgo mais prático é o seguinte:

Começam pelo vestuário. No n.º 3, de 25 de Abril, deste jornal, indicava-se uma lista de peças de vestuário que se me afiguravam indispensáveis.

Essa lista tinha uma determinada seqüência: passei em revista tudo quanto vestia, começando na cabeça e acabando nos pés.

Para todos os outros utensílios eu farei de um modo análogo. Verei de que necessito desde a alvorada de um dia até à alvorada do dia seguinte. E nada me faltará por certo.

Sei que começo por me lavar: tenho portanto de levar toalha, sabão, escova de dentes (a pasta é substituída pelo sabão), «gillette» e lâminas ou navalha de barba, pincel, pedra de alúmen ou qualquer outro desinfectante, pente e tesoura de unhas.

Tenho completa o minha «toilette» matinal; visto-me, vou sair a irçar da bandeira, arranjar a barraca e tomar o pequeno almoço. Para ele preciso de um púcaro, de preferência de alumínio, que não parte como os de louça, nem tem estilhas como os de ferro esmaltado, uma faca (que é a lâmina que me oferece a minha boa navalha), bom apetite e bons dentes.

Irei depois dar uma volta, estilo passeio militar, pelos arredores: subir ao pico de algum monte para disfrutar um bom panorama. E nesta altura lembro-me da utilidade de uma boa vara ferrada com bico numa das pontas para me ajudar na escalada.

A vista é linda, e fico a conhecer os arredores do campo. Vou tirar uns apontamentos, um pequeno cróquis que darei ao chefe do acampamento. Nesta altura lembro-me do papel, do lápis e da borracha. Com a minha vara, se é graduada, ou um duplo decímetro avalio distâncias e tamanhos.

O calor aperta. Meto umas folhas verdes no bivaque e bebo água, que tenho no meu cantil.

São horas de voltar. Vamos descer a encosta que é íngreme. Sou um dos mais velhos, trouxe a minha corda, forte e delgada, atoa em volta da cintura e a outra ponta passo-a pela cinta do Rui, que tem pouca força e pode cair na descida. O Rato também quer agarrar-se e é a corda do Rui que serve de reboque; desço devagar e quando estou bem agarrado a uma rocha ou uma árvore, descem eles.

A descida foi fatigante. Mas já cá estamos. Voltamos para o campo. São horas de almoço e vamos buscar o prato, o púcaro, o garfo e a colher.

Agora, que almoçámos, um pouco de descanso. Um bom livro, que me ensine qualquer coisa, e estou pronto para a folia. O descanso, nesta hora de calor, fez-me bem. E o livro também me deu prazer e conhecimentos.

Agora vamos fazer um reconhecimento no bosque para descobrir boa lenha para o fogo. Levo a minha machadinha e a corda para atar as feixes.

Estamos de volta. A provisão de lenha foi boa. O tempo começa a estar feio. Correm pelo céu grandes núvens pardacentas e o vento já começa a vergar os ramos das árvores.

Ao chegar ao campo, é grande a animação nêle. Cavam-se valas em volta das barracas, e para isso lá estão as boas pás-picaretas.

Uma espiã quebrou-se e o Jorge, com a sua corda está a improvisar uma.

Vem chegando o temporal. A chuva cai já, em grandes gotas espaçadas, que ruam no pano das barracas com um som de tambor de «jazz».

E pouco a pouco vai caindo rápida, cada vez mais rápida, inclinada como fios que o vento leva, e forma uma cortina movediça que quasi nos não deixa ver.

O vento agora já zune, e vai vergando as grandes árvores que estalam. A barraca do comando por ser a mais alta é a que mais sofre o vento. Os suportes gemem e os panos ruam. De repente, há um estalo, um dos suportes quebrou-se, quasi rente ao chão. Rapidamente com as navalhas cortamos e afeioamos varas com que fazemos talas e assim, com cordel e as talas, lá conseguimos levantar de novo o suporte.

O Rui vinha a correr com a navalha na mão; escorregou na lama e caiu. Se fôsse uma faca de matar que ele tivesse, feria-se por certo.

Mas a navalha estava fechada e nada aconteceu. É bem mais segura uma navalha sólida do que a melhor faca de matar.

Temos de jantar dentro das barracas. Mas a chuva vai diminuindo.

Já é noite e o céu ficou limpo. Com as lanternas de barraca nada se consegue ver, o vento balança-as e a vela apaga-se. Quasi todos têm lanternas eléctricas. Vamos ver os estragos. Afinal foi maior o susto que o dano. Vamos dormir, e o outro dia anuncia-se com um sol lindo que nos aquece.

É esta a descrição de um dia no campo. Faz-lámos assim nos objectos mais úteis e mais indispensáveis. Não se esqueçam de os arranjar, e vamos lá para os campos que os dias já estão bonitos.

GIL

A neutralidade dos Açores

O Dever de Portugal

A atitude portuguesa em face da alusão do Presidente Roosevelt a uma ameaça alemã sobre os Açores é a seguinte: a neutralidade daqueles territórios pode seguramente ser confiada à potência a que pertencem.

Nos últimos três meses, Portugal tem estado a reforçar as suas guarnições coloniais e a melhorar as suas posições defensivas. Entretanto não tem descurado a possibilidade de um maior grau de mecanização do seu exército continental. A declaração expressa do Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, em resposta ao discurso em que o senador Pepper sugeriu que os Estados Unidos da América deviam antecipar-se a uma possível ocupação alemã dos Açores é considerada como a última definição do ponto de vista português acerca do assunto.

(Do «Times» de 30-5-941)

PORTUGAL mantem as tradições

O S. João

Portugal, pioneiro de uma civilização, mantém as suas tradições populares.

Noite de S. João! — Em todos os cantos do nosso Império, ardem fogos de artifício e fogueiras, ouvem-se cantares e tocam filarmónicas, o povo dança alegre e sorridente — satisfeito por poder divertir-se sem estar exposto ao cruel e terrível flagelo que está devastando a Humanidade em alguns sítios do Globo.

Este ano, porém, o S. P. N. e a E. N. quiseram associar-se a estes festejos no intuito de lhe darem mais brilho e mais alegria.

Alfama! — Eis um bairro dos mais remotos tempos de Lisboa-Antiga, de ruelas estreitas e mal iluminadas em noites vulgares.

Quanto romantismo — estas ruas que viram passar heróis, que a história para sempre deixou no anonimato, encerram para sempre — impenetráveis nos seus segredos.

Mas o tempo passou, e Alfama típica, — reliquia histórica — ficou para recordar aos novos — a valorosa Mocidade Portuguesa — o valor do nosso Povo.

Alfama! — Bêrço de heróis, esteve em festa em noite de S. João.

As suas ruas escuras estavam cheias de luz — arcos alegóricos, bandeiras, balões, etc.

O povo dançava e cantava — estavam mantidas as velhas tradições desta velha Lisboa, e de Portugal inteiro.

Marchas que passavam, descantes que se ouviam, davam-nos bem a nítida serenidade e confiança do nosso povo — no futuro!

Porém, não eramos só nós que nos sentíamos alegres. — Os refugiados das várias nações da Europa, que no nosso País se encontram, lá estavam também.

Talvez esquecidos das negras horas que nas suas Pátrias longínquas passaram antes de chegarem a Portugal, onde reina a Paz e alegria entre a sua gente.

E já tarde, quando me retirava, ainda ouvindo as notas longínquas de uma marcha e um câro de vozes num cantar popular, semi-susado pela distância, eu senti o meu coração pulsar de alegria e um orgulho talvez justificado mas não vaidoso se apoderou de mim: — O de ser Português!

DESTINO



Instrumentos para

**Banda, Tuna,
Orquestra e Jazz**

Musicas e acessórios para todos os instrumentos

Clarins e Tambores para a
"MOCIDADE PORTUGUESA"

Fornecedores da
Legião Portuguesa

Santos Beirão, L. da

R. 1.º DE DEZEMBRO, 2-C A 8
Telefone 2 2180 LISBOA

Pequenos que foram grandes

Espalhou-se, durante muito tempo, a lenda de que uma infância precoce era, na maioria das vezes, prenúncio de adolescência infeliz. O menino-prodígio seria, assim, um sol de pouca dura que maravilhava o mundo com o seu amanhecer radioso mas que, em breve, se encobriria para sempre. Recentemente, um sábio americano, o prof. Terman, da Universidade Sanford, observando o desenvolvimento de cerca de mil pessoas que, na sua meninice, haviam espantado quantos as conheciam, pelos seus méritos excepcionais tão cedo revelados, chegou à conclusão de que elas mantinham tôdas as suas qualidades. Haviã-m-se desenvolvido física e intelectualmente em superioridade manifesta sobre os seus semelhantes.

Esta conclusão, aliás, veio apenas confirmar o que a História nos conta a cada passo. Todos nós sabemos, por exemplo, que Tomás Edison, o homem que deixou 1.200 invenções, enriquecendo o mundo em mais de 200 milhões de contos, já aos 12 anos afirmava o seu génio inventivo e as suas extraordinárias qualidades de traba-

A História da música, da poesia, das artes plásticas, está cheia de nomes que se revelaram assombradamente, na mais tenra idade, desde Mozart que aos seis anos percorria a Europa, enchendo de pasmo os maiores compositores da época, e aos treze publicava as suas primeiras óperas, até, em nossos dias, à «estrelinha» do cinema Shirley Temple, que canta, dança e representa com uma graça e um à-vontade que muitos actores grandes — o que nem sempre é o mesmo que grandes actores — certamente lhe invejariam.

E, como prova do que vale o esforço pôsto ao serviço de uma inteligência precoce, citarei ainda o exemplo, não dum sábio ou dum escritor, mas, simplesmente, de um cozinheiro... António Carême, mestre da culinária nos fins do século XVIII, digno émulo de Vatel, estudando desde muito novo, obteve uma rara instrução que lhe permitiu escrever obras notáveis pelo estilo e pela erudição, obras não menos saborosas, sem dúvida, que os seus pudins ou os seus quisados...

AVISO

Por virtude de começarem as Férias Grandes para a maioria dos assinantes, como também para os colaboradores do nosso jornal, "Estandarte," suspende a sua publicação até Outubro.

Senado daquele país «uma das glórias nacionais». Deve-lhe a humanidade o ter-se descoberto o segredo dos hieroglíficos, a decifração de muitos mistérios da civilização egípcia. Pois êsse resultado maravilhoso não se teria obtido, talvez, se Champollion aos 13 anos não soubesse já muitas línguas orientais, aperfeiçoando-se, sozinho, no estudo do hebreu, do caldaico, da língua etíope, do árabe e do copto.

Se passarmos do campo da ciência ao da arte, veremos que o facto de Molière já no colégio manifestar a paixão do Teatro não o impediu de vir a deixar uma obra que mereceu a Saint-Beuve esta afirmação: «Todo o homem que sabe ler é mais um leitor de Molière».

Atoleiros, Valverde, tôdas essas páginas de epopeia que haviam de provar que o astrólogo Frei Tomás não se enganara ao ler nos astros que a criança seria invencível. E vestem-lhe o arnés do Mestre de Aviz quando menino, ligando desde então na vida os dois nomes que ficariam juntos na eternidade.

Finalmente João de Brito, que troca ainda criança, as delícias da côrte, onde era pagem do Infante D. Pedro, filho de D. João IV, pela vida religiosa que acabaria, não no suplício em terras longínquas que apostolizava, mas sobre os altares onde, Portugal o espera, êle se erguerá em breve no esplendor supremo da santidade.

Há, para opôr a estes, alguns casos

Fraternal incumbência

Parte para o Brasil em cumprimento de grata incumbência uma missão Portuguesa. A que vai? Simplesmente agradecer da forma que a todos nós se anteeilha como mais natural a colaboração, o apoio, a comunhão de pensamento e de acção, a fraternal amizade e as sucessivas provas de carinho que a Embaixada extraordinária do Brasil às Comemorações Centenárias de 40 espalhou e prodigalizou por êsse Portugal fora.

Compõem a Missão figuras e nomes dos mais ilustres da intelectualidade e do pensamento português. Alguns deles, por felicíssima duplicidade, desempenharam no desenvolvimento das manifestações do Ano Áureo lugar de destacada proeminência. Justo foi, pois, que se lhes entregasse mais êste encargo — de repetir, bem alto, e mais uma vez, em terras de Santa Cruz quanto apreciámos e nos foi querida a parte que o Brasil viveu no nosso jubileu multi-secular.

Fatos de banho

Reina grande celeuma por causa dos fatos de banho. Parece-nos, a um tempo, injustificada e exagerada. Concerteza que não há nenhuma português de lei, limpo de espírito e de moral que possa achar descabido o desejo das autoridades em pôr cõbro ao descaramento e às imoralidades que por aí se exibiam, em triste corêjo, composto, é bem verdade, mais por estrangeiros que por nacionais. Mas é sabida a prondão com que os maus hábitos vindos de fora ão seguidos cá dentro...

Naturalissimamente houveram os responsáveis pelo decôro e higiene moral da Nação de localizar a Sociedade, tarefa, aliás, que nos arece perfeitamente sincronizada com o actual fomento Português.

Só o que realmente tem que se lhe diga a forma como a fiscalização está sendo feita. Um pouco mais de delicadeza e de compreensão por parte dos agentes encarregados de zelar pelo cumprimento da lei não seria nada de muito exigente se se pedisse. Aqui fica o pedido — para que quem de direito dele tome conhecimento.

e crianças que estudaram muito, obtendo altas classificações que deois não se confirmaram na vida? Serão as excepções que não invalidam a regra.

E, já que falei em distinções escolares, eu quero evocar, a-propósito, a figura de alguém que trocou a sua cátedra de professor pelas preocupações da governação pública. No seu primeiro exame, obteve 18 valores na prova oral. Depois, no seminário de Viseu, no Liceu, na Universidade de Coimbra, os 19 e os 20, as distinções e as menções, sucederam-se ininterruptamente. A admiração universal que hoje envolve o seu nome testemunha que em Portugal houve mais uma criança de génio que se transformou num homem-prodígio.

Para os Lusitos

Pequenos que foram grandes

Espalhou-se, durante muito tempo, a lenda de que uma infância precoce era, na maioria das vezes, prenúncio de adolescência infeliz. O menino-prodígio seria, assim, um sol de pouca dura que maravilhou o mundo com o seu amanhecer radioso mas que, em breve, se encobriria para sempre. Recentemente, um sábio americano, o prof. Terman, da Universidade Stanford, observando o desenvolvimento de cerca de mil pessoas que, na sua meninice, haviam espantado quantos as conheciam, pelos seus méritos excepcionais tão cedo revelados, chegou à conclusão de que elas mantinham tôdas as suas qualidades. Haviam-se desenvolvido física e intelectualmente em superioridade manifesta sobre os seus semelhantes.

Esta conclusão, aliás, veio apenas confirmar o que a História nos conta a cada passo. Todos nós sabemos, por exemplo, que Tomás Edison, o homem que deixou 1.200 invenções, enriquecendo o mundo em mais de 200 milhões de contos, já aos 12 anos afirmava o seu génio inventivo e as suas extraordinárias qualidades de trabalho e de perseverança. Ele de facto, nunca se eximiu a esforços, justificando bem, pela sua actividade, a frase que repetia com frequência:

— No génio há 10 % de inspiração e 90 % de transpiração.

Outro sábio glorioso, Humphry Davy, aos 8 anos estudava já as pedras, as conchas e as algas, organizando interessantes colecções. Como não podia comprar os instrumentos e os aparelhos de que necessitava para as suas experiências, fabricava-os ele próprio, conseguindo assim montar um pequeno laboratório. Das suas investigações pode dizer-se, sem figura de retórica, que iluminaram o mundo, visto que Davy se dedicou, em especial, aos estudos da iluminação eléctrica, tendo-nos legado, entre tantos inventos, a benemérita lâmpada dos mineiros.

A França orgulha-se, muito justamente, de Jean François Champollion que foi, após a sua morte, proclamado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado daquele país «uma das glórias nacionais». Deve-lhe a humanidade o ter-se descoberto o segredo dos hieróglifos, a decifração de muitos mistérios da civilização egípcia. Pois esse resultado maravilhoso não se teria obtido, talvez, se Champollion aos 13 anos não soubesse já muitas línguas orientais, aperfecendo-se, sozinho, no estudo do hebreu, do caldaico, da língua etíope, do árabe e do copta.

Se passarmos do campo da ciência ao da arte, veremos que o facto de Molière já no colégio manifestar a paixão do Teatro não o impediu de vir a deixar uma obra que mereceu a Saint-Beuve esta afirmação: «Todo o homem que sabe ler é mais um leitor de Molière».

A História da música, da poesia, das artes plásticas, está cheia de nomes que se revelaram assombrosamente, na mais tenra idade, desde Mozart que aos seis anos percorria a Europa, enchendo de pasmo os maiores compositores da época, e aos treze publicava as suas primeiras óperas, até, em nossos dias, à «estrelinha» do cinema Shirley Temple, que canta, dança e representa com uma graça e um à-vontade que muitos actores grandes — o que nem sempre é o mesmo que grandes actores — certamente lhe invejaram.

E, como prova do que vale o esforço pôsto ao serviço de uma inteligência precoce, citarei ainda o exemplo, não dum sábio ou dum escritor, mas, simplesmente, de um cozinheiro... António Carême, mestre da culinária nos fins do século XVIII, digno émulo de Vatel, estudando desde muito novo, obteve uma rara instrução que lhe permitiu escrever obras notáveis pelo estilo e pela erudição, obras não menos saborosas, sem dúvida, que os seus pudins ou os seus guisados...

Mas pareceria mal, certamente, que nesta breve galeria se evocassem apenas vultos estrangeiros.

Portugal, nação-prodígio que já, na sua meninice de pátria, espantava países adultos, ao defender a civilização cristã no Salado e ao mandar às Canárias a primeira nau de aventura, Portugal, cujo espírito glorioso desabrochou nas três pétalas do heroísmo, da santidade e da beleza, teve também os seus génios precoces. Citando ao acaso e apenas naqueles três aspectos fundamentais da nossa alma — que nos dão o poeta, o santo e o herói — recordo que Antero do Quental, o extraordinário autor dos «Sonetos», de quem se poderia dizer o que Shlegel escreveu a propósito de Camões — «vale por si só uma literatura inteira» — compunha aos 15 anos alguns dos versos que haviam de ser incluídos no volume «Primaveras românticas».

Menino e môço, Nuno Álvares ardia em desejos de batalhar para glória da sua terra, de antecipar Aljubarrota, Atouros, Valverde, tôdas essas páginas de epopeia que haviam de provar que o astrólogo Frei Tomás não se enganara ao ler nos astros que a criança seria invencível. E vestem-lhe o arnés do Mestre de Aviz quando menino, ligando desde então na vida os dois nomes que ficariam juntos na eternidade.

Finalmente João de Brito, que troca ainda criança, as delícias da côrte, onde era paçom do Infante D. Pedro, filho de D. João IV, pela vida religiosa que acabaria, não no suplício em terras longínquas que apostolizava, mas sobre os altares onde, Portugal o espera, êle se erguerá em breve no esplendor supremo da santidade.

Há, para opôr a estes, alguns casos

Intereferências

Fraternal incumbência

Parte para o Brasil em cumprimento de grata incumbência uma missão Portuguesa. A que vai? Simplesmente agradecer da forma que a todos nós se anteolha como mais natural a colaboração, o apoio, a comunhão de pensamento e de acção, a fraternal amizade e as sucessivas provas de carinho que a Embaixada extraordinária do Brasil às Comemorações Centenárias de 40 espalhou e prodigalizou por esse Portugal fora.

Compõem a Missão figuras e nomes dos mais ilustres da intelectualidade e do pensamento português. Alguns deles, por felicíssima duplicidade, desempenharam no desenvolvimento das manifestações do Ano Áureo lugar de destacada proeminência. Justo foi, pois, que se lhes entregasse mais êste encargo — de repetir, bem alto, e mais uma vez, em terras de Santa Cruz quanto apreciámos e nos foi querida a parte que o Brasil viveu no nosso jubileu multi-secular.

Fatos de banho

Reina grande celeuma por causa dos fatos de banho. Parece-nos, a um tempo, injustificada e exagerada. Concerteza que não há nenhum português de lei, limpo de espírito e de moral que possa achar descabido o desejo das autoridades em pôr còbro ao descaramento e às imoralidades que por aí se exibiam, em triste cortejo, composto, é bem verdade, mais por estrangeiros que por nacionais. Mas é sabida a prontidão com que os maus hábitos vindos de fora são seguidos cá dentro...

Naturalissimamente houveram os responsáveis pelo decòro e higiene moral da Nação de moralizar a Sociedade, tarefa, aliás, que nos parece perfeitamente sincronizada com o actual Momento Português.

Só o que realmente tem que se lhe diga é a forma como a fiscalização está sendo feita. Um pouco mais de delicadeza e de compreensão por parte dos agentes encarregados de zelar pelo cumprimento da lei não seria nada de muito exigente se se pedisse. Aqui fica o pedido — para que quem de direito dele tome conhecimento.

de crianças que estudaram muito, obtendo altas classificações que depois não se confirmaram na vida? Serão as excepções que não invalidam a regra.

E, já que falei em distinções escolares, eu quero evocar, a propósito, a figura de alguém que trocou a sua cátedra de professor pelas preocupações da governação pública. No seu primeiro exame, obteve 18 valores na prova oral. Depois, no seminário de Viseu, no Liceu, na Universidade de Coimbra, os 19 e os 20, as distinções e as menções, sucederam-se ininterruptamente. A admiração universal que hoje envolve o seu nome testemunha que em Portugal houve mais uma criança de génio que se transformou num homem-prodígio.

ADOLFO SIMÕES MÜLLER

D. Portugal e a Igreja Católica

No ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1143, nasceu o Senhor D. Portugal, dono por merecida justiça daquelas terras fartas que, a bem dizer, se estendem, desde o Minho ao Mondego, ao lado do Atlântico.

Vivia-se numa época de verdadeiro misticismo em que os povos duma Europa fraccionada embebidos num feudalismo, de certo modo inconveniente, perdiam a noção do sentimento nacional e deixavam-se coagir por um poder hierarquicamente mais forte.

Guiadas pela claridade duma fé ardente que uma igreja poderosa alimentava com vivo interesse, as multidões compactas de pobres e de ricos, de ignorantes e de ilustrados, marchavam lenta mas conscienciosamente do Continente Europeu para Terras de Jerusalém, onde os ultrajes vis cometidos pelos turcos aos visitantes do Santo Sepulcro, impunham a necessidade urgente duma resistência séria que pusesse definitivamente cêbro a tão graves contratempos.

A Igreja Católica medievá, mercê da doutrina pura que expandia, do zelo e cultura dos membros que a formavam e, das renitentes convicções dos conversos, representava uma força sem igual, detentora duma jurisdição própria, executora de magníficas obras de assistência, realizadora brilhante duma instrução sempre progressiva e, sem dúvida alguma, senhora abundada de extensos territórios, onde as sementes pequeninas por obra do Divino Mestre, tão bem germinavam, cresciam, floriam e frutificavam.

Em abôno da verdade devemos afirmar que

o pastor universal da igreja, o Santo Padre era, ao tempo, o árbitro dos povos. Sendo assim, o nosso Senhor D. Portugal, que devido à tenra idade, se acaso nos é permitido, poderemos ainda chamar «D. Portugalzinho», nascido e criado, em tempo e terra de trovadores e jograis, numa visão acertada dos factos não hesitou, um só momento, em reconhecer oficialmente o senhorio temporal e espiritual do Papa e seus legados.

Desde cêdo, o «Nosso Jovem» manifesta, à Europa e ao mundo de então, o firme propósito de se bater galhardamente por uma causa justa que afinal de contas era a causa de Deus. Após a contenda de Cerneja de que saíu vencedor o «Nosso Homenzinho», intrépido e sereno, marcha com seus homens de armas, em tom de guerra, para o Sul, onde o mouro sempre agressivo, quer política, quer religiosamente, procurava, lenta mas eficazmente, alargar os seus domínios à custa de territórios que, de facto e de direito, pertenciam a cristãos. O certo golpe de Ourique, vibrado ao sarraceno pelas nossas espadas e lanças, de puro aço, assegurava, pelo menos temporariamente a supremacia dos cristãos naquelas paragens e manifestava, bem explicitamente, aos povos a orientação cristã que presidia aos actos «Daquele Herói», que ainda há pouco era desconhecido, mas que já agora era senhor duma vocação apostólica, tão acentuada que causava, muito justificadamente, a admiração dos que, não sem interesse, a observavam. O bloco, religioso e militar constituido principalmente por franceses, ingleses, alemães e italianos animados por uma fé viva, por instintos bélicos, por uma urgente necessidade de expansão e ainda pela perspectiva de melhores condições económicas de vida, atendendo ao grande valor e à semelhança notória da sua causa com a do «D. Portugalzinho», veio voluntariamente auxiliá-lo a quando do seu louvável movimento para «Terras Santas».

Aquele que pela vontade de Deus, no ano de 1143, dominava apenas os territórios, de entre Minho e Mondego, promete em virtude das suas convicções fortes, da sua «vontade de ferro», do seu ódio ao mouro e da grande simpatia da igreja, alargar o seu campo de acção à custa de regiões pisadas agora pelo mouro rebelde. As esforçadas conquistas vão ter lugar. E porque a Igreja Católica reconhece que a dura peleja que se vai iniciar tem não só o carácter político mas também, e predominantemente o carácter religioso, ao lado do «Nosso Decidido Jovem» vêm infleirar-se: cruzados que ajudam a tomar Lisboa e Silves e a reconquistar Alcácer do Sal; os ordeiros monges de Calatrava, de S. Tiago de Espada, do Hospital e do Templo, exercendo trabalhos de conquista extenuantes, mas decisivos, principalmente nos territórios onde o trigo loiro bem pode medrar (Alentejo) e as amendoeiras floridas, parece que «com licença de Deus» tanto crescem e frutificam (Algarve); elementos do clero secular, nomeadamente D. Pedro, Bispo do Pôrto, que convida os cruzados a tomar parte na conquista de Lisboa, Gilberto de Hastings, Bispo de Lisboa, que vai à Inglaterra pregar uma cruzada contra os «almoçadas» de Sevilha, P. Sueiro, também Bispo de Lisboa que consegue a ajuda dos cruzados na reconquista de Alcácer do Sal; e, finalmente, na árdua tarefa vem mesmo envolver-se o papado, no qual a figura insinuante de Inocêncio III, perdurará através dos tempos, em face da sua acção grandiosa, ora na dádiva de graças espirituais, aos cruza-

dos da Península Iguais àquelas dos que partiam para o Oriente, ora na fusão das armas de Afonso II de Portugal com as de Afonso VIII de Castela, por ocasião do combate de Navas de Tolosa. Em Março de 1249 já os portugueses, em Santa Maria de Faro podiam erguer as suas preces fervorosas a Deus a fim de que Ele os ajudasse nos demais afazeres que não muito se faziam esperar.

«Após a ocupação de Albufeira, Perches e outros lugares podemos afirmar que a expulsão dos mouros do actual território do Portugal europeu constituía um facto consumado.»

O Senhor D. Portugal não descurando o valor da «lança que se meteu em África» ordena que o seu reino «de Portugal e dos Algarves» se enfeite, desde já, com as suas melhores galas para comemorar condignamente a vitória das suas armas. A festa começa com a luz dum sol muito claro que se reflecte na superfície, nada quieta, dumas águas que não cessam de marulhar; a alegria tem seu lugar, no calor dum sol primaveril que faz desabrochar «madre-silvas» e até «martírios do Senhor», e no sibilar brando dum vento quente que sustenta num céu azulado os vãos caprichosos das aves multicolores e espalha, mundo em fora, os sons gloriosos das trombetas lusitanas. As fronteiras do país foram alargadas e as conquistas esforçadas são então consolidadas mediante a fundação de vilas e aldeias, o levantamento de lugares de protecção, a reparação das ruínas causadas pela guerra e a valorização daqueles terrenos ainda há pouco devastados pela correria desordenada dos sarracenos. À terra portuguesa onde a existência de moçarabes, mouros e judeus contribuiu, desde longa data, para o seu povoamento, acodem, no mesmo sentido, os esforços: do Conde D. Henrique que permitiu a fixação de colonos francos e deu carta de foral a Guimarães, de D. Teresa que restaurou muitas fortalezas e provavelmente fundou Viseu, de D. Afonso Henriques na fundação do Castelo de Leiria, sentinela vigilante na proximidade dos mouros, de D. Sancho I no reinado do qual têm a sua origem Gouveia e Guarda, e, de muitos outros monarcas entre os quais devemos especializar a obra sublime de D. Denis.

(Continua)

MIGUEL DE MENEZES

BANACÃO

A saúde
e o vigôr
para todos

Alimento excelente
para fortificar os

MÚSCULOS

ESTANDARTE

Sai a 15 e 30 de cada mês

ASSINATURAS

Trimestral	2\$40
Semestral	4\$50
Anual	9\$00

Os assuntos de redacção e administração tratam-se das 10 às 12 horas e das 18 às 20 horas na Praça das Flores n.º 49

COMPOSTO E IMPRESSO NAS

Officinas Gráficas da Casa Portuguesa
Rua das Gáveas, 103 — Lisboa

É distribuidor exclusivo de «Estandarte»,
Editorial Organizações, L.^{da} — L. Trindade
Coelho, 9, 2.º — Tel. P.Á.B.X. 2 7507 — Lisboa

Propriedade da O. N. M. P.

MOCIDADE PORTUGUESA

Fala um em mil

O acaso, um puro acaso, fez-nos esbarrar uma tarde destas em que o calor era de sertão e cada um magicava a maneira ideal de lhe escapar, fez-nos esbarrar, dizíamos, com um «velho» amigo, filiado da «M. P.» desde o início, graduado da primeira Escola (a saudável primeira Escola...) e um dos autênticos e mais positivos valores entre tôdas as centenas de rapazes que, adentro das fileiras, tem postos de mando.

É já, entre nós, sabido e ressabido que, mal nos encontramos — infelizmente menos vezes que ambos desejaríamos — trocamos logo impressões acêrca da «M. P.» e da sua vida e acção, talqual como dois amigos fariam de um terceiro, querido igualmente a qualquer deles. Assim, foi, agora.

E relebrámos os tempos da infância do Movimento Nacional da Juventude Portuguesa, posteriores aos da Acção Escolar Vanguarda em que ambos militáramos; a inscrição, as provas de selecção para a frequência do curso de graduados, e, depois, as aulas, teóricas e práticas da Escola em que uma escassa meia centena de filiados aprendeu os rudimentos onde haviam de assentar as bases para virem a exercer, depois, os diferentes cargos nos diversos postos da escala hierárquica do graduado.

Foi excelente a «primeira» Escola. Não repugnaria aceitar que, devido à inexperiência de dirigentes e dirigidos, à pobreza das instalações, à pouca consistência dos métodos empregados, ainda na fase de plena experimentação, o resultado do trabalho dos futuros graduados não fôsse aquilo que realmente foi, salvo — é evidente — as eternas excepções à regra.

Quási todos os alunos concluíram os cursos com pleno aproveitamento — e foi dessa pleiade de entusiásticos moços que saíram, talvez, os melhores graduados que a Organização, até hoje, abrigou e bons e desempoeirados dirigentes, mesmo.

Recordámos, saudados, também, a primeira apresentação da «M. P.» em público, na festa dos seus irmãos mais velhos — os Legionários —

realizada nos terrenos do Jockey Club. Sentimos, anos volvidos, um mesmo arrepio percorrendo-nos a espinha, o mesmo frémito de orgulho que nos tocou quando, ante os olhares maravilhosos de numerosa multidão, bandeira à frente, passámos diante das tribunas. Eramos, apenas, a guarda avançada dos milhares todos de rapazes que, por êsse Portugal além, tinham o mesmo pensar que nós e, voluntariamente, se haviam arremetido sob o estandarte da Mocidade Portuguesa.

Foi impecável a apresentação daquele primeiro «grupo de castelos» — estabelecendo-se assim uma tradição que obrigou a «M. P.» tôdas as vezes que saía à rua a portar-se da mesma maneira, para que não se levantasse, nem que fôsse, uma só voz discordante e se ouça, sempre, que foi difícil fazer-se melhor. Porque — Salazar o proclamou — quere-se, para a «Mocidade», cada vez Mais e Melhor. Parar, marcando passo, é impossível. Significaria a morte. E a Mocidade, porque é Mocidade e é Portuguesa, não pode morrer.

...

Lembrámo-nos, nesta ocasião, de que seria interessante arquivar as palavras que, em resposta às diversas questões que debatemos, o meu amigo, filiado da já «velha guarda», pronunciou.

— «Achas que a «M. P.» tem progredido?», interrogámos.

— «Evidentemente, respondeu. O seu desenvolvimento é notório em certos sectores da vida dos rapazes em Portugal. Nas Escolas primárias, como sabes, há já núcleos perfeitamente organizados. Nota-se, como não podia deixar de ser (infelizmente) uma certa falta de preparação dos professores primários para exercerem as funções de instrução entre os «lusitos». Mas a boa vontade de que a grande maioria tem sempre dado provas é, apesar de tudo, seguro penhor de que, embora com relativa lentidão se chegará ao quási óptimo. Eu, pessoalmente, preferiria, emvolvimento é notório em certos sectores da vida lhor que aquele.»

— «Outra coisa», inquirimos, «já deves ter reparado que, nas Universidades a «M. P.» não é encarada como devia e merece e que a maior parte dos estudantes universitários, apesar de oriunda das fileiras da «M. P.» se esquece dela e não mais cumpre com as obrigações inerentes à função e às responsabilidades de qualquer filiado.»

«Sei isso e lamento-o. De resto, os principais responsáveis pela boa e eficiente divulgação da Organização a todos os sectores da vida da Juventude em Portugal foram à raiz do mal e começaram a debelá-lo, criando centros universitários em Lisboa, Pôrto e Coimbra. O de Lisboa, até, já possui uma ampla séde — que tu, se calhar, apesar de seres filiado universitário nem conheces.» Aqui demos o braço a torcer.

«Outro mal» prosseguiu o nosso entrevistado, «está na existência das Associações Académicas, adentro das diversas Faculdades da Universidade. Não sei se estás ao facto de que essas Associações, na grande maioria dos casos, ainda são fôcos de propaganda de ideias contrárias ao espirito da Revolução. Basta ver, para que se fique com a certeza, a maneira como são nomeados os corpos gerentes dessas Associações. Ora um Centro da «M. P.» em cada Universidade não seria muito melhor e muitíssimo mais natural?»

Não deixamos de concordar, plenamente, com o que a experiência e a razão do nosso amigo acabava de nos ditar. Mas ia já longa a conversa. Falara um graduado por mil. Interpretara alguns pontos, estamos certos, o pensar da grande maioria daqueles, que, como êle, há quatro anos dedicam, tenazmente tôda a sua atenção, boa vontade e fé para elevar a «Mocidade» aquilo que desde a primeira hora, sonharam. E, porque chegaram as férias, pensámos em reunir-nos mais vezes para depois transmitir a «Estandarte» as opiniões dêste e de outros filiados que merecem ser escutados.

SÁPIAS



Resposta a um artigo

No artigo «Em prol da emigração para o Império» publicado em 15 do corrente neste jornal, diz a camarada Azevedo Peres da conveniência que haveria em desviar a corrente emigratória portuguesa para as nossas colónias.

Se nos referirmos à gente que se dedica a pequenas indústrias (padeiros, sapateiros, carpinteiros, etc.), esse desvio seria realmente útil e realizável. A atestar a sua necessidade está o facto de presentemente haver falta de padeiros em Moçambique.

Mas pelo que diz respeito a emigrantes que queiram dedicar-se à colonização agrícola, que é afinal aquela que melhor pode valorizar o nosso Império, especialmente as colónias de Angola e Moçambique, já o assunto, porque é importantíssimo, não pode ser tratado de ânimo tão leve.

A maioria dos emigrantes portugueses que vão para países estrangeiros não seria útil na valorização e engrandecimento dessas nossas colónias, sob o ponto de vista da colonização agrícola.

Senão vejamos.

Para uma obra de colonização agrícola, um dos primeiros problemas a encarar é o recrutamento e selecção dos colonos. Estes devem ser escolhidos em obediência a certos princípios cujo esquecimento implicará o insucesso da obra.

Só servem os colonos saudáveis, com qualidades morais comprovadas, que já tenham uma certa experiência no amanho das terras, na direcção duma propriedade, etc., que, enfim, possam ser apontados como exemplo e ter um papel de educadores.

Vendo esta lista tão restrita dos atributos necessários a um bom colono, temos que convir que a maioria desses emigrantes não serve para a realização duma obra tão complexa como esta.

Sabemos bem que a maior parte deles são uns desgraçados e miseráveis, e as estatísticas mostram que a maioria não emigra com o propósito de se dedicar à colonização agrícola. Assim, há uns anos atrás, dos emigrantes chegados durante um ano aos portos brasileiros, quasi 40 % eram portugueses; pois destes, em número de 37.628, só cerca de 0,5 % se dedi-

caram à colonização agrícola. Os restantes, na quasi totalidade, foram para arranjar qualquer emprego (em lojas, como vendedores de jornais, etc.) ou para tentar fortuna por meios muitas vezes ilícitos.

Mas há ainda outro problema não menos importante: o do capital.

Modernamente, não se faz colonização agrícola com colonos sem capital.

A experiência tem demonstrado que, dando-se tudo ao colono, os resultados são quasi sempre nulos. Que tem ele a perder se a sua obra não vingar? Praticamente nada. Já isto não sucederá se ele pagou, pelo menos em parte, as terras onde vai habitar e trabalhar: o seu esforço será maior para que não perca o capital que lá empregou.

Ora não nos queiram convencer que os emigrantes portugueses que se dirigem para países estrangeiros possuem o capital suficiente para comprar um terreno, por pequeno que este seja. Alguns o terão, mas certamente muito poucos.

Entendamo-nos pois: para o progresso e desenvolvimento do nosso grandioso Império é, evidentemente, necessária a emigração. Mas haja cautela! Que vão os melhores e não os piores, para que, mais cedo ou mais tarde, não tenhamos que nos arrepender.

JOSÉ MARIA DE PAIVA RAPOZO

VERDE GAIO

Os Bailados do «Verde-Gaio» tiveram vários condões: mostrar a existência de uma verdadeira escola Portuguesa de Bailados, mas genuinamente portuguesa; revelar, mais uma vez, que Francis e Ruth são dois grandes mestres da arte da dança; tornar, de novo, evidente, o extraordinário benefício que foi a reconstrução do Teatro de S. Carlos; e, finalmente, patentear a possibilidade de haver um escolhido e numeroso público ávido de manifestações artísticas deste género.

António Ferro pode estar de parabens — e, com ele, todos os seus colaboradores.

Força e disciplina



Santo e Senha

Fé, Prudência, Humildade

Sursum corda! Corações ao alto, geração do presente!

Mas a geração do presente não é apenas constituída pelos fisicamente jovens, mas também pelos de ideias claras, que sentem bem morto o passado alegre e irresponsável. «A geração, diz José António Primo de Rivera, é um valor histórico e moral; pertencem à mesma geração todos os que percebem o sentido trágico da época em que vivemos e não só aceitam mas reclamam para si a responsabilidade das conclusões. Os octogonários que se integrem nesta tarefa de responsabilidade e de esforço, pertencem à nossa geração; por outro lado, aqueles — por muito jovens que sejam — que se alheiem do afã colectivo, serão excluídos da nossa geração como se expulsam os micróbios de um organismo sã».

Os jovens devem sê-lo, portanto, não só pela idade mas também pelo heroísmo que a geração presente encerra para os que a vivem.

«A juventude não foi feita para o prazer mas para o heroísmo», diz Paul Claudel.

E a professora de Nieja, Maggy, seguiu ao pé da letra a sugestão de seu irmão que lhe dizia: «Procura encontrar uma obra bastante penosa, ingrata, bastante absorvente para que encheres tudo».

Geração de sacrifício não quer dizer tristeza, preocupação, desalento, dor; quer dizer acção, tumultuar de energias pela Pátria, pela família, pelo futuro — labor, labor incessante: estudo, cultura física e intelectual, pensamentos de grandeza, heroísmo, heroísmo para viver intensamente e não para viver vegetando, maldizendo a vida talvez por a viver demasiadamente ou por não poder vivê-la a capricho como antigamente.

Muita fé, jovens: «Sede fortes na fé, diz S. Pedro, porque é a vitória que vence o mundo».

Prudência, geração presente, porque — disse Alberto Magno — «a prudência é mestra de todas as virtudes, mãe e ama, ordenadora e directora».

A mocidade precisa de um travão para os seus ímpetos juvenis.

Por vos chamardes heróicos, jovens da nossa geração, não podeis encher-vos de orgulho, que é vício capital, antes deveis ser humildes, porque Santa Teresa de Jesus dizia já: «Enquanto estamos nesta terra, nada importa mais do que a humildade».

Fé, Prudência, Humildade, são o santo e a senha que a juventude do sacrifício e do heroísmo deve trocar entre si, para marcar no Presente o Futuro de bem-estar e de grandeza e de progresso constante das gerações que hão-de vir. A vida é um caminhar constante e há que desbravar o caminho para que os que atrás de nós vierem possam percorrê-lo entre flores e não entre espinhos, como nós temos de o percorrer.

Sursum corda!

MÍNIMO

PANORAMA

«Panorama» é uma Revista, mas não é «mais uma revista», porque não tem, de longe ou de perto, nada que se lhe assemelhe.

É verdade que — vá lá o lugar-comum decrépito — veio preencher uma vaga na Imprensa portuguesa. Mas, como vale mais tarde que nunca, «Panorama» veio muito a tempo.

Oxalá o segundo número seja, não como o primeiro — magnífico — mas melhor, se possível.